

SUMÁRIO

PARTE GERAL

I – LIÇÕES PRELIMINARES.....	31
1 Introdução.....	31
2 O fluxo migratório internacional.....	34
3 O fluxo migratório brasileiro.....	35
4 O perfil socioeconômico do imigrante no Brasil.....	44
II – O CONTROLE IMIGRATÓRIO.....	45
1 Introdução.....	45
2 Sistema Nacional de Procurados e Impedidos (SINPI).....	47
3 Função consular.....	49
3.1 Lista de Controle Consular (LCC).....	52
4 Área de Controle Integrado no âmbito do Mercosul e Bolívia.....	52
4.1 Fiscalização aeroportuária.....	52
III – MARCOS TEÓRICOS.....	55
1 A doutrina da segurança nacional.....	55
2 O problema das epidemias.....	57
3 O exame de saúde.....	60
4 O problema da informação criminológica.....	61
5 O problema da igualdade.....	62
6 O problema da soberania.....	69
7 As concepções tradicionais de soberania e a busca por um novo conceito.....	71

8	O papel do Poder Judiciário no exercício da soberania popular	75
9	O que se deve entender por soberania no século XXI	76
10	A personificação jurídica do estrangeiro	78
11	A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro.....	80
12	Estado de Direito constitucional.....	81
13	O problema das minorias étnicas.....	83
14	O problema da exclusão social	84
15	O problema da discricionariedade	85
16	O problema da motivação.....	91
IV – AUTONOMIA DO DIREITO IMIGRATÓRIO		95
1	Introdução.....	95
1.1	A influência do pragmatismo e do utilitarismo	97
1.2	A autonomia do Direito Imigratório.....	98
2	Existência, validade, eficácia e efetividade das normas jurídicas.....	99
2.1	A função migratória.....	100
2.2	Natureza jurídica dos atos de imigração.....	100
2.3	Direito subjetivo.....	101
3	Princípios de Direito Imigratório.....	102
3.1	Princípio da dignidade da pessoa humana.....	103
3.1.1	Princípio da fraternidade.....	106
3.2	Princípio da legalidade	107
3.2.1	Princípio da razoabilidade.....	108
3.2.2	Princípio da proporcionalidade	109
3.3	Princípio da impessoalidade.....	109
3.4	Princípio da moralidade.....	110
3.5	Princípio da publicidade.....	110
3.5.1	Princípio da transparência	111
3.5.2	Princípio da motivação.....	111
3.6	Princípio da eficiência	112
3.7	Princípio da soberania	113
3.8	Princípio do livre exercício profissional.....	113
3.8.1	Princípio do livre acesso aos cargos públicos	115
3.9	Princípio da igualdade relativa entre naturalizados e nacionais	115

3.10	Princípio da pretensão resistida ou contenciosidade moderada.....	116
3.11	Princípio da norma mais favorável.....	117
3.12	Princípio da prioridade do interesse público	120
3.13	Princípio da reciprocidade.....	121
3.14	Elementos de conexão	122
3.14.1	Princípio da proximidade ou dos vínculos mais estreitos ..	122
3.15	Princípio da proteção familiar	123
3.16	Princípio da segurança da Sociedade e do Estado	124
3.17	Princípio da confidencialidade	124
3.18	Princípio da segurança jurídica	124

V – STATUS JURÍDICO DO ESTRANGEIRO..... 127

V.I – ENTRADA	127	
1	Introdução.....	127
2	Entrada.....	128
2.1	Quadro Geral de Regime de Vistos (QGRV)	129
3	Eficácia da lei estrangeira.....	135
4	O sentido do termo “residência” do art. 5º, <i>caput</i> , da Constituição Federal ...	136
5	O sentido do termo “residência” na Lei 6.815/80.....	138
6	Entrada de Marítimos	139
7	Entrada de Tripulação Aérea	140
V.II – ESTADA (PERMANÊNCIA TEMPORÁRIA OU PROVISÓRIA).....	140	
1	Introdução.....	140
2	O direito à vida	140
3	A pena de morte no Brasil	142
4	O direito à liberdade	143
5	A liberdade de locomoção	143
6	Acesso ao transporte público e privado	144
7	Autorização de viagem para crianças e adolescentes.....	144
8	Tráfego com veículo, Carteira de Habilitação e acidentes.....	145
9	Prisão Administrativa	146
10	A liberdade de expressão.....	148
11	O direito de propriedade.....	150

12	Função social	150
13	Competência em relação a bens imóveis	150
14	Competência em relação a bens móveis	151
15	Sucessão de bens de estrangeiro	151
16	Mecanismos de proteção possessória	152
17	Limitações à aquisição imobiliária por parte de estrangeiro.....	152
	17.1 Parecer CGU/AGU 01/2008.....	156
18	Aporte e remessa de capitais.....	156
19	Operações cambiais	157
	19.1 Multas.....	158
	19.2 Cadastro de Empresas (CADEMP)	159
20	Outros direitos civis.....	160
V.III – SAÍDA E RETORNO		160
1	Introdução.....	160
2	A saída e a contagem de prazo para a permanência e a naturalização	162
3	Impedimentos de retorno	162
V.IV – PERMANÊNCIA (PERMANÊNCIA DEFINITIVA OU RESIDÊNCIA) ..		163
1	Introdução.....	163
2	Conversão de visto temporário em permanente.....	164
3	Impedimentos de conversão	164
4	Tendências.....	165
5	Linhas gerais sobre o Visto de Trabalho	167
6	Direitos trabalhistas	168
	6.1 Chamamento autônomo e recrutamento	169
	6.2 Limitações formais às alterações da matriz normativa trabalhista	169
7	A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).....	169
8	A proteção do mercado de trabalho nacional.....	169
9	A proporcionalidade entre empregados estrangeiros e nacionais	171
10	Equiparação salarial entre estrangeiros e nacionais.....	173
11	Relação anual de empregados estrangeiros	173
12	Penalidades por infrações na contratação de estrangeiros	174
13	Disposições especiais sobre a contratação de marinheiros estrangeiros ...	174

14	Leis especiais.....	175
15	Dos crimes contra a organização do trabalho	176
16	Ingresso de estrangeiros em cargos públicos	176
16.1	Admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades.....	177
17	Revalidação de diplomas de curso superior.....	177
17.1	Reconhecimento de certificados de estudos de nível fundamental e médio.....	178
18	O direito à educação	178
19	O direito à seguridade e à assistência social	179
19.1	Acordos Internacionais.....	179
19.2	Acordo de Seguridade Social do Mercosul e Regulamento	180

PARTE ESPECIAL

VI – DOCUMENTOS DE VIAGEM	183	
1	Introdução.....	183
1.1	Circulação de residentes no âmbito do Mercosul.....	184
1.2	Programa de Modernização, Agilização e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (PROMASP)	184
2	Passaporte	185
2.1	Passaporte comum	185
2.1.1	Dispositivos de segurança	186
2.1.2	Cooperação consular no Mercosul	187
2.2	Passaporte para estrangeiro	188
2.3	Passaporte de emergência.....	189
2.4	Passaporte diplomático	189
2.4.1	Notas verbais do Itamaraty.....	190
2.4.2	Carteira de matrícula consular	190
2.5	Passaporte oficial.....	190
2.6	<i>Laissez-Passer</i>	191
2.7	Autorização de retorno	191
2.8	Salvo-conduto.....	191
2.9	Sistema de Controle e Emissão de Documentos de Viagem	192

VII – VISTOS.....	193
1	Conceito..... 193
2	Vistos de entrada 194
2.1	Extensão aos dependentes 197
2.2	Hipóteses de dispensa de visto 198
3	Visto de trânsito (VITRA)..... 198
4	Visto de turista (VITUR)..... 199
4.1	Vistos de curta duração no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)..... 200
5	Visto de cortesia (VICOR) 201
6	Visto oficial (VISOF)..... 202
7	Visto Diplomático (VIDIP) 203
8	Vistos temporários (VITEM)..... 203
8.1	Vitem I – missões culturais, de pesquisa ou estudos, estágio e treinamento desportivo 205
8.1.1	Visto para intercâmbio 205
8.1.2	Visto para estágio..... 205
8.1.3	Visto para atletas amadores maiores de 14 anos e menores de 21 anos 206
8.1.4	Visto para artista ou desportista sem vínculo empregatício 207
8.1.5	Visto para serviço voluntário 208
8.1.6	Visto ao abrigo de acordo de cooperação internacional 209
8.1.7	Visto para conferências, seminários, congressos ou reuniões na área de pesquisa e desenvolvimento ou cooperação científico-tecnológica, bioprospecção, coleta e acesso a recursos genéticos ou a conhecimento tradicional a eles associado, e para estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação 210
9	Visto para tratamento de saúde..... 211
10	VITEM II – viagem de negócios, adoções, filmagens, tripulante desprovido da carteira internacional correspondente 212
10.1	Visto para reportagem ou filmagem, gravação ou captação de imagens 212
11	VITEM III – artista e desportista..... 212
12	VITEM IV – estudante e/ou bolsista de instituição de ensino brasileira, inclusive as de formação religiosa..... 213

13	VITEM V – profissional sob regime de contrato de trabalho, voluntário em assistência social e religioso leigo, assistência técnica, treinamento profissional, residência médica e estágio cultural.....	213
13.1	Visto para atleta profissional com vínculo empregatício no Brasil.....	213
13.2	Visto para estágio cultural.....	214
13.3	Visto para empregados em embarcações de longo curso.....	214
13.4	Visto para tripulante de embarcação de pesca estrangeira arrendada por empresa brasileira.....	215
13.5	Visto para estrangeiro sob contrato de transferência de tecnologia e prestação de serviço de assistência técnica, de acordo de cooperação ou convênio, sem vínculo empregatício ou em situação de emergência.....	216
13.6	Visto para trabalho.....	218
13.6.1	Autorização para trabalho.....	219
13.6.2	Cadastro Eletrônico de Entidades Requerentes de Autorização para Trabalho de Estrangeiros (CERTE).....	223
13.7	Visto para estrangeiro vinculado a grupo econômico transnacional cuja matriz seja empresa brasileira.....	224
13.8	Visto para trabalho em embarcação ou plataforma estrangeira.....	225
13.9	Visto para empregado a bordo de embarcação estrangeira, sem vínculo empregatício no Brasil e sem carteira de marítimo.....	227
13.10	Visto para treinamento profissional posterior à conclusão de curso superior ou profissionalizante, sem vínculo empregatício no Brasil...	229
13.11	Chamada de mão de obra para serviço ao governo brasileiro.....	229
14	VITEM VI – correspondente de meios de comunicação estrangeiros.....	230
15	VITEM VII – ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa, que viajem ao Brasil como missionários.....	230
16	Vistos permanentes (VIPER).....	231
16.1	Visto para reunião familiar.....	231
16.2	Visto para aposentados.....	233
16.3	Visto para cientistas, investidores, dirigentes de empresas e outros.....	233
16.4	Visto para professor, técnico, pesquisador ou cientista.....	233
16.5	Visto para diretor ou administrador de entidade religiosa ou assistência social.....	234
16.6	Visto para administrador, gerente, diretor ou executivo de sociedade comercial.....	235

16.7	Visto para investidor, administrador ou diretor de empresa localizada em Zona de Processamento de Exportação	237
16.8	Visto para investidor estrangeiro, pessoa física.....	237
16.9	Visto com base em união estável.....	239
16.10	Visto para estrangeiros que perderam a condição de permanência por ausência do país	241
16.11	Permanência definitiva para asilados e refugiados	241
16.12	Visto para representante de instituição financeira ou assemelhada sediada no exterior	242
16.13	Visto para estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas ..	242
17	Casos omissos.....	244
17.1	Procedimento.....	245
VIII – REGISTRO CIVIL E EMPRESARIAL DE ESTRANGEIROS		247
1	Introdução.....	247
1.1	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).....	248
1.2	Registro civil e trabalhista para fronteiriços	249
1.2.1	Trânsito vicinal fronteiriço entre os Estados Parte do Mercosul	249
1.3	Renovação de CIE/RNE.....	250
1.4	Alteração de assentamentos.....	251
1.5	Cancelamento e restabelecimento de registro.....	253
2	Registro empresarial de estrangeiros	253
2.1	Proteção do nome empresarial, propriedade industrial e direitos autorais	254
2.2	Arquivamento e averbação de atos constitutivos.....	255
2.3	Proteção jurídica das sociedades de responsabilidade limitada....	259
2.4	Registro de organizações civis estrangeiras sem fins lucrativos de interesse público	260
IX – ACORDOS ESPECIAIS DE RESIDÊNCIA (PERMANÊNCIA).....		263
1	Introdução.....	263
2	Acordos Brasil-Portugal	263
2.1	Acordo de contratação recíproca Brasil-Portugal.....	263
2.1.1	Visto temporário ou permanente para portugueses ao abrigo do Acordo de Contratação Recíproca	264

2.2	Regime de reciprocidade entre brasileiros e portugueses	265
2.3	Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses (Decreto 70.391/72)	266
2.4	Estatuto da Igualdade (Decreto 3.927/01)	266
2.4.1	Procedimento	267
2.5	Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	267
3	Acordos no âmbito do Mercosul	268
3.1	Acordo de Residência do Mercosul, Bolívia e Chile	269
3.2	Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul ..	270
3.3	Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados-Partes do Mercosul, Bolívia e Chile	272
3.4	Acordo sobre Regularização Migratória do Mercosul, Bolívia e Chile	272
4	Acordo de permanência Brasil-Argentina	273
4.1	Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais Brasil-Argentina ..	274
4.2	Tratado de São Borja para dispensa de vistos de entrada Brasil-Argentina	275
5	Acordo de Regularização Migratória Brasil-Bolívia	276
5.1	Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	277
X – NACIONALIDADE		279
1	Conceito	279
1.1	Nacionalidade originária e derivada	280
1.2	Perda da nacionalidade brasileira	282
1.2.1	Procedimento	287
1.3	Reaquisição da nacionalidade brasileira	289
1.3.1	Procedimento	289
1.4	Perda da nacionalidade estrangeira	290
1.5	Opção de Nacionalidade	290
1.5.1	Reexame necessário	291
XI – NATURALIZAÇÃO		293
1	Introdução	293
1.1	Espécies de naturalização	294
2	Naturalização extraordinária	296

3	Naturalização ordinária.....	297
3.1	Procedimento.....	298
4	Naturalização especial.....	302
5	Naturalização provisória e conversão em naturalização definitiva.....	302
5.1	Procedimento.....	303
6	Efeitos da naturalização.....	303
7	Declaração de nulidade de naturalização.....	303
8	Os direitos políticos.....	304
8.1	Cidadania.....	304
8.2	Direitos políticos dos naturalizados.....	305
8.3	Alistamento e inscrição eleitoral.....	306
8.4	Perda, suspensão e reanquirição de direitos políticos.....	307
8.5	Inscrição partidária.....	307
8.6	Campanha eleitoral efetuada por estrangeiro.....	308
XII – MEDIDAS SANCIONATÓRIAS.....		309
1	Deportação.....	309
1.1	Procedimento.....	310
2	Expulsão.....	310
2.1	Impedimentos para a expulsão.....	313
2.2	Procedimento.....	316
2.3	Crimes.....	319
2.4	Crime de reingresso de estrangeiro expulso.....	320
2.5	Impedimento ao ato expulsório como causa excludente de tipicidade e antijuridicidade.....	322
2.6	Classificação e competência.....	322
2.7	Reingresso de estrangeiro expulso e direito de visita.....	323
3	Multa.....	324
3.1	Lavratura de auto e processo administrativo de liquidação da multa.....	327
4	Extradição.....	328
4.1	Competência.....	328
4.2	Restrições constitucionais.....	328
4.3	Restrições legais.....	329
4.4	Concurso de preferência para a extradição.....	330

4.5	Procedimento.....	330
4.6	Controle de legalidade estrita.....	333
4.7	Princípio da especialidade.....	335
4.8	Princípio da dupla tipicidade.....	336
4.9	Princípio da anterioridade.....	337
4.10	Princípio da consunção.....	337
4.11	Comutação de pena.....	337
4.12	Exposição e instrução da causa.....	338
4.13	Dupla nacionalidade.....	338
4.14	Casamento e filiação.....	339
4.15	Tratados de Extradicação firmados pelo Brasil.....	340
4.16	Difusão internacional ou difusão vermelha.....	341
4.17	Banimento.....	342
XIII – INSTITUTOS CORRELATOS.....		343
1	Retirada.....	343
1.1	Repatriação.....	343
1.2	Responsabilidade do transportador.....	344
1.3	Repatriação de marítimos.....	344
2	Asilo político ou diplomático e asilo territorial.....	347
2.1	Procedimento.....	350
2.2	Disposições gerais.....	351
3	Refúgio.....	351
3.1	Marcos regulatórios.....	352
3.2	Beneficiários.....	353
3.3	Cessação e perda da condição de refugiado.....	353
3.4	Direitos civis e trabalhistas.....	354
3.5	Procedimento.....	354
3.5.1	Recurso.....	356
3.6	Comit� Nacional para Refugiados (CONARE).....	357
3.6.1	Fundado temor de perseguição.....	357
3.6.2	Princípio do <i>in dubio pro</i> refugiado.....	362
3.6.3	Princípio da vulnerabilidade.....	363
3.6.4	Generalizada violação de direitos humanos.....	366

3.6.5	Refúgio <i>sur place</i>	367
3.6.6	Instruções Normativas.....	367
3.7	Refúgio e Extradicação	368
3.8	Refúgio e Expulsão	370
3.9	Refúgio e Repatriação	370
3.10	Reassentamento	370
3.11	Estatuto dos refugiados	371
4	Requisição de menores raptados.....	372
5	Alimentos no plano internacional.....	374
6	Anistia imigratória.....	376
7	Homologação de sentenças estrangeiras e <i>exequatur</i>	379
8	Apatridia.....	380
8.1	Princípio da não discriminação	381
8.2	Princípio da norma mais favorável.....	382
9	Transferência internacional de presos.....	383
9.1	Procedimento.....	384
REFERÊNCIAS.....		385
ÍNDICE ALFABÉTICO		391